

## DISPOSIÇÕES COMUNITÁRIAS E NACIONAIS EM MATÉRIA DE AMBIENTE, HIGIENE E BEM-ESTAR ANIMAL

Legislação Comunitária	Legislação Nacional	
<b>Ambiente</b>		
<p>Directiva n.º <u>79/409/CEE</u>, de 2 de Abril, relativa à conservação das aves selvagens.</p> <p>Directiva n.º <u>92/43/CEE</u>, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens.</p>	<p>Art.ºs 3 (1,2b), 4(1, 2, 4), 5 (a), (b), (c)</p> <p>Art.ºs 6, 13, (1a)</p>	<p><b>Decreto-Lei n.º 490/2005. DR 39/2005 SÉRIE I-A, de 2005-02-24</b></p> <p>Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 140/99. DR 96/99 SÉRIE I-A, de 1999-04-24</b></p> <p>Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º <u>79/409/CEE</u>, do Conselho, de 2 de Abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Directiva n.º <u>92/43/CEE</u>, do Conselho, de 21 de Maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens). Revoga os Decreto-Lei n.ºs 75/91, de 14 de Fevereiro, 224/93, de 18 de Junho, e 226/97, de 27 de Agosto</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 384-B/99. DR 223/99 SÉRIE I-A 1º SUPLEMENTO, de 1999-09-23</b></p> <p>Cria diversas zonas de protecção especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna das Directivas n.ºs <u>79/409/CEE</u>, do Conselho, de 2 de Abril, e <u>92/43/CEE</u>, do Conselho, de 21 de Maio</p>
<p>Directiva n.º <u>80/68/CEE</u> de 17 de Dezembro de 1979, relativa à protecção das águas subterrâneas contra a poluição causada por certas substâncias perigosas</p>	<p>Art.ºs 4 e 5</p>	<p><b>Decreto-Lei n.º 236/98. DR 176/98 SÉRIE I-A, de 1998-08-01</b></p> <p>Estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos. Revoga o Decreto-Lei n.º 74/90, de 7 de Março</p>
<p>Directiva n.º <u>86/278/CEE</u> de 12 de Junho de 1986, relativa à protecção do ambiente, e em especial dos solos, na utilização agrícola de lamas de depuração</p>	<p>Art.º 3</p>	<p><b>Decreto-Lei n.º 276/2009. DR 192, SÉRIE I, de 2009-10-02</b></p> <p>Estabelece o regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas, de forma a evitar efeitos nocivos para o homem, para a água, para os solos, para a vegetação e para os animais, promovendo a sua correcta utilização, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º <u>86/278/CEE</u>, do Conselho, de 12 de Junho</p>
<p>Directiva n.º <u>91/676/CEE</u>, de 12 de Dezembro de 1991, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola</p>	<p>Art.ºs 4 e 5</p>	<p><b>Decreto-Lei n.º 235/97. DR 203/97 SÉRIE I-A, de 1997-09-03</b></p> <p>Transpõe para o direito interno a Directiva n.º <u>91/676/CEE</u>, do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 68/99. DR 59/99 SÉRIE I-A, de 1999-03-11</b></p> <p>Altera o Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro, que transpõe para o direito interno a Directiva n.º <u>91/676/CEE</u>, do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola</p> <p><b>Portaria 1433/2006, de 27/12</b> – Altera os limites das Zonas Vulneráveis n.º 1 e n.º 5</p> <p><b>Portaria 833/2005, de 16-09</b> – Aprova novas Zonas Vulneráveis</p> <p><b>Portaria 1100/2004, de 03-09</b> – Aprova a lista</p>

Legislação Comunitária		Legislação Nacional
		e as cartas que identificam as zonas vulneráveis do Continente e da Região Autónoma dos Açores, revoga a Portaria n.º 258/2003, de 19 de Março <b>Portaria n.º 83/2010, de 10 -02</b> - Aprova o Programa de Acção para Várias Zonas Vulneráveis de Portugal Continental
<b>Identificação e registo de animais</b>		
Directiva n.º <u>2008/71/CE</u> , de 15 de Julho de 2008, relativa à identificação e ao registo de suínos	Art.ºs 3, 4 e 5	<b>Decreto-Lei n.º 142/2006 DR 144/2006, Série I, de 2006-07-27</b> Cria o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), que estabelece as regras para identificação, registo e circulação dos animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equídeos, bem como o regime jurídico dos centros de agrupamento, comerciantes e transportadores e as normas de funcionamento do sistema de recolha de cadáveres na exploração (SIRCA), revogando o Decreto-Lei n.º 338/89, de 24 de Agosto
Regulamento (CE) n.º <u>1760/2000</u> de 17 de Julho de 2000, que estabelece um regime de identificação e registo de bovinos e relativo à rotulagem da carne de bovino	Art.ºs 4 e 7	
Regulamento (CE) n.º <u>21/2004</u> de 17 de Dezembro de 2003, que estabelece um sistema de identificação e registo de ovinos e caprinos	Art.ºs 3, 4 e 5	
<b>Saúde Pública e Saúde Animal e Fitossanidade</b>		
Directiva n.º <u>91/414/CEE</u> , de 15 de Julho, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado	Art.º 3	<b>Decreto-Lei n.º 94/98. DR 88/98 SÉRIE I-A, de 1998-04-15</b> Adopta as normas técnicas de execução referentes à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado <b>Decreto-Lei n.º 173/2005 DR 203/2005 SÉRIE I-A, de 2005-10-21</b> Regula as actividades de distribuição, venda, prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais, revogando os nºs 4 e 5 do artigo 19º do DL n.º 94/98
Directiva n.º <u>96/22/CE</u> , de 29 de Abril, relativa à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias beta-agonistas em produção animal	Art.ºs 3 (a), (b), (d) e (e), 4, 5 e 7	<b>Decreto-Lei n.º 185/2005. DR 212/2005 SÉRIE I-A, de 2005-11-04</b> Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º <u>96/22/CE</u> , do Conselho, de 29 de Abril, relativa à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias beta-agonistas em produção animal, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Directiva n.º <u>2003/74/CE</u> , do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro, revogando o Decreto-Lei n.º 150/99, de 7 de Maio
Regulamento (CE) n.º <u>178/2002</u> , de 28 de Janeiro,	Art.ºs 14, 15, 17	

Legislação Comunitária		Legislação Nacional
que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios	(1), 18, 19 e 20	
Regulamento (CE) n.º <u>999/2001</u> , de 22 de Maio, que estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis.	Art.ºs 7, 11, 12, 13 e 15	
<b>Notificação de Doenças</b>		
Directiva n.º <u>2003/85/CE</u> , de 29 de Setembro, que estabelece medidas comunitárias de luta contra a febre aftosa e revoga a Directiva n.º <u>85/511/CEE</u> , de 18 de Novembro, que estabelece medidas comunitárias de luta contra a febre aftosa	Art.º 3	<b>Decreto-Lei n.º 108/2005. DR 127/2005 SÉRIE I-A, de 2005-07-05.</b> Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º <u>2003/85/CE</u> , relativa a medidas comunitárias de luta contra a febre aftosa <b>Decreto-Lei n.º 29/92. DR 49/92 SÉRIE I-A, de 1992-02-27</b> Proíbe a vacinação contra a febre aftosa, excepto no caso de ser confirmada a sua presença no território nacional. Revoga os Decretos-Leis n.ºs 473/80 e 244/82, respectivamente de 14 de Outubro e de 22 de Junho <b>Portaria n.º 124/92. DR 49/92 SÉRIE I-B, de 1992-02-27</b> Define as medidas a adoptar em caso de aparecimento da febre aftosa
Directiva n.º <u>92/119/CEE</u> , de 17 de Dezembro, que estabelece medidas gerais de luta contra certas doenças animais, bem como medidas específicas respeitantes à doença vesiculosa do suíno	Art.º 3	<b>Decreto-Lei n.º 131/2008. DR 139, SÉRIE I de 2008-07-21</b> Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º <u>2007/10/CE</u> , da Comissão, de 21 de Fevereiro, que altera o anexo II da Directiva n.º <u>92/119/CEE</u> , do Conselho, de 17 de Dezembro, que estabelece medidas gerais de luta contra certas doenças dos animais, bem como medidas específicas respeitantes à doença vesiculosa do suíno, e revoga o <u>Decreto-Lei n.º 22/95</u> , de 8 de Fevereiro
Directiva n.º <u>2000/75/CE</u> , de 20 de Novembro, que aprova disposições específicas relativas às medidas de luta e erradicação da febre catarral ovina ou língua azul	Art.º 3	<b>Decreto-Lei n.º 146/2002. DR 117 SÉRIE I-A, de 2002-05-21</b> Adopta medidas específicas de luta e erradicação da febre catarral ovina ou língua azul, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º <u>2000/75/CE</u> , do Conselho, de 20 de Novembro
<b>Bem estar animal</b>		
Directiva n.º <u>2008/119/CE</u> , de 18 de Dezembro, relativa às normas mínimas de protecção de vitelos	Art.ºs 3 e 4	<b>Decreto-Lei n.º 48/2001. DR 35 SÉRIE I-A, de 2001-02-10</b> Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva que estabelece as normas mínimas relativas à protecção dos vitelos.
Directiva n.º <u>91/630/CEE</u> , de 19 de Novembro, relativa às normas mínimas de protecção de suínos.	Art.ºs 3, 4 (1)	<b>Decreto-Lei n.º 135/2003. SÉRIE I-A, de 2003-06-28</b> Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º <u>91/630/CEE</u> , do Conselho, de 19 de Novembro, relativa às normas mínimas de

Legislação Comunitária		Legislação Nacional
		protecção de suínos.
Directiva n.º <u>98/58/CE</u> , de 20 de Julho, relativa à protecção dos animais nas explorações pecuárias.	Art.º 4	<b>Decreto-Lei n.º 64/2000. DR 95 SÉRIE I-A, de 2000-04-22</b> Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º <u>98/58/CE</u> , do Conselho, de 20 de Julho, que estabelece as normas mínimas relativas à protecção dos animais nas explorações pecuárias